

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ/PR

Gabaritei Véspera



Para maiores informações, clique aqui

BEM-VINDO (A)

Você acaba de acessar a amostra do nosso material de **Revisão** para a véspera do **Concurso da Câmara Municipal de Ibiporã/PR!**

Antes de seguir, precisamos te dar um aviso importante. Muita gente fica pelo caminho não por falta de estudo, mas por excesso e ausência de direcionamento.

Tenta estudar tudo, acumula materiais, começa vários assuntos e termina poucos. Quando percebe, o tempo passou e a sensação é de que não avançou. Esse não é um problema de capacidade, mas de **estratégia**.

Nos momentos finais de preparação, o maior obstáculo não é o desconhecimento, e sim a falta de clareza sobre o que realmente importa.

Este material foi pensado exatamente para resolver esse ponto. Aqui, você não vai encontrar excesso, mas **seleção**.

Um direcionamento objetivo, que elimina o desnecessário e mantém apenas o que tem maior potencial de impacto no seu resultado.

A proposta é simples: **organizar o estudo, reduzir a sobrecarga e permitir avanço real em pouco tempo**.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

O conteúdo foi construído com base em um critério rigoroso de **relevância** prática, priorizando **recorrência**, padrão de cobrança e pontos críticos de erro.

Por isso, você encontrará uma abordagem direta, estruturada para leitura rápida, com destaques nos pontos mais importantes e explicações suficientes para garantir **compreensão sem excesso** teórico, além de questões pontuais para validar a fixação.

A ideia não é substituir toda a sua preparação, mas **destravar**. Dar clareza ao que precisa ser revisado agora e permitir que você vá para a prova com mais segurança.

Nas próximas páginas, você vai conhecer um pouco do material que irá selar a jornada para o seu concurso.

Caso queira ter acesso ao material completo, clique no botão abaixo:

QUERO SER APROVADO!

Chegou a hora da sua aprovação. Vamos nessa?!

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS



1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão e a interpretação de textos constituem o núcleo central das provas de Língua Portuguesa em concursos públicos. Independentemente do cargo ou da banca examinadora, é praticamente certo que o candidato será avaliado quanto à sua capacidade de entender, analisar e extrair sentidos de textos de diferentes gêneros.

Mais do que decorar regras gramaticais, interpretar textos exige leitura atenta, raciocínio lógico, domínio vocabular e percepção do contexto.

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma base teórica sólida, aliada a estratégias práticas, para que você saiba **como** ler o texto em prova e **como** responder às questões com segurança.

1.2 TEXTO, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

Antes de avançarmos, é fundamental distinguir dois conceitos que aparecem com frequência nas questões: compreensão e interpretação.

A **compreensão** está relacionada ao sentido literal e explícito do texto. Trata-se daquilo que o autor efetivamente disse, sem exigir inferências profundas. Em linhas gerais, compreender é responder à pergunta: “O que o texto diz?”

Exemplos de questões de compreensão
Identificação de informações expressas no texto
Reconhecimento do tema
Localização de ideias principais e secundárias
Relações básicas de causa e consequência explícitas

A **interpretação**, por sua vez, vai além do que está escrito de forma direta. Ela exige que o leitor relacione informações, faça inferências, perceba implícitos, intenções do autor, efeitos de sentido e valores ideológicos. Interpretar é responder à pergunta: “O que o texto quer dizer?”

Exemplos de questões de interpretação
Inferência de informações não expressas
Identificação da intenção comunicativa do autor
Análise de ironia, crítica ou posicionamento
Relação do texto com conhecimentos de mundo

Dica: toda interpretação depende de uma boa compreensão. Quem não compreende bem o texto dificilmente interpreta corretamente.

1.3 GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são **formas relativamente estáveis de comunicação utilizadas em situações reais de interação social**.

Eles surgem das necessidades comunicativas das pessoas e circulam em diferentes esferas da sociedade, como a jornalística, a literária, a acadêmica, a publicitária, a jurídica, a administrativa e a digital.

Cada gênero textual apresenta **características próprias** relacionadas à sua **finalidade**, ao **público** a que se destina, ao **meio** em que circula, à **estrutura composicional** e ao **tipo de linguagem** empregado.

Uma notícia, por exemplo, tem como principal finalidade informar sobre um acontecimento de interesse público. Já um anúncio publicitário busca persuadir o consumidor a adquirir um produto, serviço ou aderir a uma ideia. Um manual de instruções, por sua vez, tem a função de orientar o leitor na realização de determinada atividade.

Assim, para identificar corretamente um gênero textual, é importante observar:

- qual é a finalidade do texto;
- quem produz o texto;
- a quem ele se destina;
- em qual contexto ele circula;
- qual é o suporte utilizado;
- como suas informações estão organizadas;
- qual linguagem predomina.

Não se deve confundir **gênero textual** com **tipo textual**.

Os **tipos textuais** correspondem a **formas de organização linguística**, como narração, descrição, exposição, argumentação e injunção.

Já os **gêneros textuais** são **manifestações concretas da comunicação**, como notícia, receita, carta, reportagem, edital, crônica e anúncio.

Um mesmo gênero pode apresentar mais de um tipo textual.

Exemplo:

Em uma reportagem, podem aparecer:

- trechos narrativos, ao relatar acontecimentos;
- trechos descritivos, ao caracterizar pessoas ou lugares;
- trechos expositivos, ao explicar informações;
- trechos argumentativos, ao apresentar opiniões de especialistas.

Portanto, o gênero é definido principalmente pela função social e pela situação comunicativa, enquanto o tipo textual se relaciona à forma de organização do conteúdo.

Principais gêneros textuais	
Gêneros jornalísticos	São textos vinculados à divulgação de fatos, informações e opiniões de interesse social. Notícia: apresenta um fato recente de maneira predominantemente objetiva. Costuma responder a perguntas como: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. Reportagem: aprofunda determinado assunto, podendo reunir entrevistas, dados, depoimentos, imagens e opiniões de especialistas. Editorial: apresenta a opinião oficial de um veículo de comunicação sobre determinado tema. Geralmente não é assinado. Artigo de opinião: apresenta e defende o ponto de vista de um autor, utilizando argumentos, exemplos, comparações e dados. Entrevista: organiza-se por meio de perguntas e respostas, com o objetivo de obter informações, opiniões ou relatos de uma pessoa. Atenção: mesmo os textos jornalísticos considerados informativos podem apresentar escolhas linguísticas que revelam determinado enfoque sobre os fatos.
Gêneros literários	Nos gêneros literários, a linguagem pode ser empregada de forma artística, subjetiva, simbólica ou figurada.

	Conto: narrativa breve, geralmente concentrada em poucos personagens, espaço e tempo reduzidos. Crônica: texto curto relacionado a situações do cotidiano, que pode apresentar humor, crítica, reflexão ou subjetividade. Poema: texto estruturado em versos ou em prosa poética, marcado pelo ritmo, pela sonoridade e pelo uso expressivo da linguagem. Fábula: narrativa breve, frequentemente protagonizada por animais com características humanas, que apresenta ensinamento ou moral. Nos textos literários, é importante observar os efeitos produzidos por metáforas, ironias, ambiguidades, repetições e outras figuras de linguagem.
Gêneros publicitários	Os gêneros publicitários têm como objetivo principal persuadir o destinatário. Podem promover produtos, serviços, comportamentos ou ideias. Entre os exemplos mais comuns estão: • anúncio publicitário; • propaganda institucional; • campanha educativa; • slogan; • cartaz; • folder. Esses textos costumam empregar verbos no imperativo, linguagem direta, imagens, cores, frases curtas, jogos de palavras e recursos de aproximação com o público. Exemplo: “Proteja-se. Vacine-se.”

	Nesse enunciado, os verbos no imperativo procuram induzir o leitor a adotar determinado comportamento.
Gêneros instrucionais e injuntivos	São textos que orientam o leitor a realizar uma tarefa ou seguir determinado procedimento. Exemplos: • receita culinária; • manual de instruções; • tutorial; • bula de medicamento; • regulamento; • instruções de prova. Predominam nesses gêneros os verbos no imperativo ou no infinitivo, a sequência de etapas e a linguagem objetiva. Exemplo: "Conecte o aparelho à tomada e pressione o botão lateral." A ordem dos procedimentos é fundamental para a compreensão e a execução adequada da ação.
Gêneros normativos e institucionais	São textos utilizados para estabelecer regras, divulgar decisões, regulamentar condutas ou organizar atividades administrativas. Exemplos: • lei; • decreto; • portaria; • resolução; • edital; • regulamento; • ofício; • memorando; • despacho.

	Esses gêneros costumam apresentar linguagem formal, objetiva, impessoal e padronizada. O edital, por exemplo, divulga regras, condições e etapas de determinado processo, como um concurso público. A portaria é utilizada por uma autoridade administrativa para estabelecer determinações, designações ou procedimentos internos.
Gêneros científicos e acadêmicos	Têm como finalidade apresentar, explicar ou divulgar conhecimentos de forma organizada e fundamentada. Exemplos: • artigo científico; • resumo; • resenha; • relatório; • verbete enciclopédico; • texto de divulgação científica. Nesses gêneros, são comuns a linguagem objetiva, o emprego de conceitos técnicos, a apresentação de dados e a organização lógica das informações. O texto de divulgação científica procura tornar o conhecimento especializado acessível ao público não especialista. Por isso, pode apresentar exemplos, comparações e explicações simplificadas.
Gêneros digitais	Os gêneros textuais também se modificam com o desenvolvimento das tecnologias e das formas de interação social. Exemplos: • e-mail; • mensagem instantânea; • postagem em rede social;

	• comentário; • blog; • fórum virtual; • podcast; • meme. Esses gêneros podem combinar escrita, imagem, som, vídeo, emojis, hiperlinks e outros recursos. Por essa razão, muitos deles são classificados como gêneros multissemióticos ou multimodais. A linguagem utilizada pode variar conforme o público, a finalidade e o grau de formalidade da situação comunicativa. Um e-mail institucional, por exemplo, exige linguagem formal, enquanto uma mensagem enviada a um amigo pode apresentar marcas de oralidade e informalidade.
Charges, tirinhas e cartuns	Esses gêneros combinam linguagem verbal e não verbal e são muito frequentes em provas de interpretação. Charge: representa criticamente um acontecimento atual, geralmente relacionado à política ou à sociedade. Sua compreensão depende do conhecimento do contexto em que foi produzida. Cartum: apresenta humor ou crítica sobre situações mais gerais e atemporais, sem depender necessariamente de um acontecimento específico. Tirinha: sequência curta de quadrinhos que pode apresentar narrativa, diálogo, humor, crítica ou reflexão. Para compreender esses gêneros, é necessário observar: • expressões faciais e gestos;

- cenário e disposição dos personagens;
- relação entre imagem e fala;
- ironia;
- duplo sentido;
- referências a fatos sociais;
- • quebra de expectativa no último quadro.

1.4 ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM PROVAS

Ler um texto em prova não é o mesmo que ler por prazer. É uma leitura ativa, estratégica e orientada pela questão.

Na **primeira leitura**, o objetivo é captar:

- O tema central;
- O gênero textual;
- A finalidade do texto;
- O posicionamento geral do autor.

Evite, nesse momento, prender-se a palavras desconhecidas. O foco é o sentido global.

Na **releitura**, o candidato deve:

- Identificar ideias principais de cada parágrafo;
- Observar conectivos e marcadores discursivos;
- Perceber relações de oposição, causa, consequência, explicação ou conclusão;
- Analisar escolhas vocabulares relevantes.

1.4.1 TEMA, IDEIA PRINCIPAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS

O **tema** é o assunto geral abordado no texto. Normalmente é amplo e pode ser expresso por uma palavra ou expressão.

Exemplo: Texto sobre os impactos da tecnologia no mercado de trabalho.

Tema: tecnologia e trabalho.

A **ideia principal** é o recorte específico que o autor faz dentro do tema. Ela revela o **ponto central defendido**.

Já as **ideias secundárias** servem para:

- Explicar;
- Exemplificar;
- Justificar;
- Detalhar a ideia principal.

Dica: muitas questões erradas trazem ideias secundárias como se fossem o tema ou a tese central.

1.5 ARMADILHAS FREQUENTES EM QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO

As armadilhas de interpretação são estratégias recorrentes das bancas examinadoras para diferenciar o candidato que apenas lê do candidato que interpreta com método.

Em regra, as alternativas incorretas não são absurdas: elas parecem corretas à primeira vista, mas apresentam desvios sutis em relação ao texto.

A seguir, analisamos as armadilhas mais cobradas em concursos públicos.

1.5.1 EXTRAPOLAÇÃO DO TEXTO

Ocorre quando a alternativa **vai além do que o texto permite concluir**. A ideia até pode ser lógica ou aceitável no mundo real, mas **não está autorizada pelo texto**.

Tudo o que não estiver no texto — explícita ou implicitamente — deve ser descartado.

Exemplo típico de erro:

- Texto afirma que determinado fenômeno ocorre em alguns casos.
- Alternativa diz que ocorre sempre.

Atenção: cuidado com algumas palavras como: sempre, nunca, todo, nenhum, necessariamente.

1.5.2 CONTRADIÇÃO DO TEXTO

Aqui, a alternativa apresenta sentido **oposto** ao que o texto defende, muitas vezes por meio de:

- Negação indevida;
- Troca de polos argumentativos;
- Leitura apressada de conectivos adversativos.

Dica: se o texto defende uma tese A, qualquer alternativa que sustente não-A está errada.

1.5.3 GENERALIZAÇÃO INDEVIDA

A banca amplia indevidamente uma afirmação que, no texto, é **restrita, contextual ou condicionada**.

Exemplo:

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

- Texto: "Em determinados contextos, a tecnologia pode gerar impactos negativos."
- Alternativa: "A tecnologia gera impactos negativos."

Atenção especial a expressões como: em alguns casos, em certas situações, muitas vezes.

ESTADO DO PARANÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SOCIAIS E CULTURAIS



2.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PARANÁ

O Paraná é uma das 26 unidades estaduais da Federação brasileira. Localiza-se na **Região Sul**, juntamente com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo **Curitiba** como capital.

O estado ocupa posição estratégica no território nacional, pois se relaciona tanto com as regiões Sul e Sudeste quanto com países integrantes do Mercado Comum do Sul — Mercosul.

O Paraná possui **399 municípios** e apresenta grande diversidade regional. Em seu território encontram-se áreas densamente urbanizadas, regiões agrícolas modernas, importantes centros industriais, áreas de preservação ambiental e uma faixa litorânea relativamente pequena, mas de grande relevância econômica e ecológica.

2.1.1 DADOS ESSENCIAIS

Elemento	Informação
Região brasileira	Sul
Capital	Curitiba

Número de municípios	399
Gentílico	Paranaense
População no Censo 2022	11.444.380 habitantes
Área territorial	Aproximadamente 199 mil km²
Data da emancipação política	19 de dezembro de 1853
Sigla	PR

No Censo Demográfico de 2022, o Paraná possuía **11.444.380 habitantes**, com densidade demográfica de aproximadamente **57,42 habitantes por km²**.

Atenção: o Paraná é o estado situado mais ao norte da Região Sul. Não se deve confundir o Estado do Paraná com o rio Paraná, que também atravessa e delimita outras áreas do continente.

2.2 LOCALIZAÇÃO E LIMITES TERRITORIAIS

O Paraná está localizado no Sul do Brasil e possui limites nacionais e internacionais.

Seus limites são:

- ao norte e nordeste: Estado de São Paulo;
- a noroeste: Estado de Mato Grosso do Sul;
- ao sul: Estado de Santa Catarina;
- a leste: Oceano Atlântico;
- a oeste: Paraguai;
- a sudoeste: Argentina.

Essa localização favorece o comércio interestadual e internacional, especialmente por meio das rodovias, das ferrovias, do Porto de Paranaguá e das conexões com Argentina e Paraguai.

O território paranaense é cortado pelo **Trópico de Capricórnio**, que atravessa aproximadamente sua porção norte. Por isso, o estado situa-se em uma área de transição entre características tropicais e subtropicais.

2.3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PARANÁ

A história paranaense não começou com a chegada dos portugueses ou com a criação da província. Antes da colonização europeia, o território era ocupado por diferentes povos indígenas, especialmente grupos pertencentes às tradições **Guarani, Kaingang e Xetá**.

Esses povos possuíam formas próprias de organização, línguas, crenças, práticas agrícolas, técnicas de caça e pesca e relações específicas com o território.

A ocupação colonial ocorreu de forma gradual. Inicialmente, concentrou-se no litoral e, posteriormente, avançou em direção ao planalto e ao interior.

2.3.1 PRIMEIROS NÚCLEOS DE OCUPAÇÃO

A ocupação portuguesa desenvolveu-se inicialmente no litoral, impulsionada pela busca de metais preciosos e pela necessidade de garantir a posse do território.

Entre os núcleos históricos mais antigos estão:

- Paranaguá;
- Antonina;
- Morretes;
- Curitiba.

Paranaguá tornou-se um dos primeiros centros populacionais e econômicos da região. A atividade portuária contribuiu para sua importância histórica.

Com o avanço para o planalto, formaram-se núcleos populacionais na região de Curitiba. A cidade desenvolveu-se inicialmente em razão da

mineração, da pecuária, do comércio e de sua posição nas rotas de circulação.

2.3.2 TROPEIRISMO

O **tropeirismo** foi um dos processos mais importantes para a ocupação e integração territorial do Paraná.

Os tropeiros conduziam tropas de animais, especialmente muares, entre o Rio Grande do Sul e as áreas de comércio de São Paulo e Minas Gerais. Ao longo dos caminhos surgiram locais de descanso, comércio e abastecimento.

O principal caminho ficou conhecido como **Caminho de Viamão** ou **Estrada das Tropas**.

O tropeirismo contribuiu para:

- o povoamento dos Campos Gerais;
- a formação de vilas e cidades;
- a criação de atividades comerciais;
- a integração entre diferentes regiões;
- o desenvolvimento da pecuária;
- a circulação de pessoas, mercadorias e informações.

Cidades como **Lapa, Castro, Ponta Grossa e Palmeira** possuem sua formação histórica fortemente relacionada ao tropeirismo.

2.4 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ

Durante parte do período colonial e imperial, o território paranaense esteve subordinado administrativamente à Província de São Paulo.

A emancipação foi estabelecida pela **Lei Imperial nº 704, de 29 de agosto de 1853**, sancionada por Dom Pedro II. A instalação oficial da Província do Paraná ocorreu em **19 de dezembro de 1853**, quando Zacarias de Góes e Vasconcellos tomou posse como primeiro presidente provincial.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Curitiba foi oficialmente estabelecida como capital da província por norma editada em 1854.

A legislação estadual consagra **19 de dezembro** como a data da emancipação política do Paraná. A data, entretanto, não constitui automaticamente feriado civil estadual.

Atenção

A banca pode apresentar duas datas:

- **29 de agosto de 1853:** edição da Lei Imperial nº 704;
- **19 de dezembro de 1853:** instalação política e administrativa da Província do Paraná.

Em questões que perguntam a data tradicionalmente celebrada como emancipação política, a resposta é **19 de dezembro de 1853**.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ/PR (LEI ORGÂNICA 001/2006)



3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A **Lei Orgânica do Município de Ibiporã**, instituída pela **Lei Orgânica nº 1/2006**, funciona como a **norma fundamental do Município**. Ela organiza os Poderes municipais, distribui competências, disciplina a administração pública e estabelece diretrizes para a prestação de serviços públicos, a tributação, o planejamento e as políticas sociais.

O Município de Ibiporã integra o **Estado do Paraná**, possui **personalidade jurídica de direito público interno** e dispõe de **autonomia política, administrativa e financeira**, nos limites da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da própria Lei Orgânica.

O governo municipal é exercido por dois Poderes independentes e harmônicos:

Poder	Órgão responsável	Função predominante
Legislativo	Câmara Municipal	Legislar e fiscalizar
Executivo	Prefeito Municipal	Administrar e executar políticas públicas

O brasão, a bandeira e o hino são reconhecidos como **símbolos municipais**. A criação, organização ou supressão de distritos administrativos deve observar a legislação estadual. Já qualquer alteração na integridade

territorial do Município depende de lei estadual e de consulta prévia à população interessada por meio de plebiscito.

3.2 COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO

A Lei Orgânica divide as atribuições municipais em competências **privativas, comuns** e **suplementares**.

As competências privativas correspondem às matérias diretamente relacionadas ao **interesse local**. Entre elas estão a edição de normas municipais, a instituição e arrecadação de tributos, a organização dos serviços públicos, o planejamento territorial e a administração do patrimônio municipal.

Cabe ao Município, por exemplo:

- legislar sobre assuntos de interesse local;
- suplementar as legislações federal e estadual;
- organizar e prestar serviços públicos locais;
- elaborar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual;
- promover o ordenamento territorial;
- elaborar e executar o Plano Diretor;
- disciplinar edificações, loteamentos, arruamentos e zoneamento;
- cuidar da limpeza urbana e da destinação dos resíduos;
- regulamentar estabelecimentos, publicidade e comércio ambulante;
- proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural;
- instituir a Guarda Municipal;
- celebrar convênios e integrar consórcios públicos.

Competências comuns:

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Em conjunto com a União e o Estado, o Município deve atuar na proteção da Constituição e do patrimônio público, na saúde, na assistência social, na educação, na preservação ambiental e na redução das desigualdades.

Também são responsabilidades compartilhadas:

Área	Atuação municipal
Saúde e assistência	Atendimento à população e proteção das pessoas com deficiência
Cultura	Atendimento à população e proteção das pessoas com deficiência
Meio ambiente	Combate à poluição e preservação da fauna, flora e recursos hídricos
Habitação	Construção de moradias, saneamento e melhoria habitacional
Desenvolvimento social	Combate à pobreza e à marginalização
Produção rural	Fomento à agropecuária e ao abastecimento alimentar
Trânsito	Educação para a segurança viária

A **competência suplementar** permite ao Município complementar normas federais e estaduais em assuntos como prevenção de incêndios, saúde, assistência social, educação, proteção da infância, defesa do consumidor, meio ambiente, turismo, comércio, indústria e incentivo às microempresas.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Dica: **competência privativa** relaciona-se diretamente ao interesse local; **competência comum** envolve atuação conjunta com outros entes; **competência suplementar** completa a legislação federal ou estadual.

3.3 BENS MUNICIPAIS

O patrimônio municipal abrange **bens móveis, imóveis, semoventes, valores, créditos, direitos e outros elementos pertencentes ao Município**.

Os bens públicos municipais são classificados em:

Classificação	Características
Uso comum do povo	Ruas, praças, parques, estradas e logradouros
Uso especial	Prédios públicos, veículos, equipamentos e instalações administrativas
Dominiais	Bens patrimoniais disponíveis, sobre os quais o Município exerce direitos de proprietário

Todos os bens devem ser cadastrados e controlados pela Administração.

Em regra, a alienação onerosa de bens exige **autorização legislativa, avaliação prévia e licitação**. Os imóveis municipais somente poderão ser alienados quando desafetados e mediante autorização em lei específica.

O uso de bens municipais por terceiros pode ocorrer por concessão, permissão ou autorização, desde que exista interesse público devidamente justificado. A Lei Orgânica dá preferência à concessão de direito real de uso em lugar da simples venda ou doação de imóveis públicos.

3.4 PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo é exercido pela **Câmara Municipal**, composta por vereadores eleitos pelo sistema proporcional, mediante voto direto e secreto. Cada legislatura possui duração de quatro anos.

A Lei Orgânica fixa a Câmara em **nove vereadores**, admitida atualização conforme os limites constitucionais relacionados à população municipal.

Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos quando praticados no exercício do mandato e dentro da circunscrição do Município. Essa proteção não afasta, contudo, a responsabilidade por atos incompatíveis com o decoro parlamentar.

3.4.1 MESA DIRETORA

A Mesa da Câmara é composta por:

- Presidente;
- Vice-Presidente;
- 1º Secretário;
- 2º Secretário.

Seu mandato é de **dois anos**, não sendo permitida a recondução ou candidatura para o mesmo cargo ocupado no mandato anterior.

A Mesa **dirige os serviços administrativos da Câmara**, elabora sua proposta orçamentária, administra seus recursos e pratica os atos internos necessários ao funcionamento do Legislativo.

O Presidente representa a Câmara, dirige as sessões, mantém a ordem dos trabalhos, interpreta o Regimento Interno, promulga resoluções e decretos legislativos e, nas hipóteses previstas, promulga leis que não tenham sido promulgadas pelo Prefeito.

3.4.2 COMPETÊNCIAS DA CÂMARA

A Câmara possui **atribuições legislativas, administrativas e fiscalizatórias**.

Entre suas competências privativas estão:

- eleger a Mesa e constituir as comissões;
- elaborar e modificar o Regimento Interno;
- organizar seus serviços;
- fixar os subsídios dos agentes políticos, na forma da lei;
- dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;
- apreciar vetos;
- convocar autoridades municipais para prestar informações;
- criar comissões de inquérito;
- julgar as contas do Prefeito;
- fiscalizar os atos do Poder Executivo;
- sustar atos normativos que ultrapassem o poder regulamentar.

Com a sanção do Prefeito, a Câmara delibera sobre o orçamento, os planos municipais, a criação de cargos, o regime dos servidores, operações de crédito, concessões de serviços públicos, alienação de bens, política urbana e demais assuntos de competência municipal.